



## **4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4.1 – Contexto operacional**

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferrobán (doravante denominada “Ferrobán”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferrobán relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferrobán.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.



## 4.2 – Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de fevereiro de 2013.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma, não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas, uma vez que o resultado do exercício representa também o resultado abrangente.

## 4.3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.

### a) Base de preparação

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.4.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (IASB)*.

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

### b) Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas da empresa incluída na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.



### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

### **d) Ativos financeiros**

#### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

### **e) Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.



#### **f) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

#### **g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também seria reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e incluindo as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

#### **h) Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 4.13.



## **i) Intangível**

### **I. Direitos de Concessão**

Está representado pela mais valia constituída na aquisição do trecho denominado Malha Paulista. A amortização é efetuada pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

### **II. Softwares adquiridos e Licenças**

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

### **III. Benfeitorias em bens arrendados**

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

## **j) Impairment de ativos não financeiros**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

## **k) Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

## **l) Concessões e arrendamentos**

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados



pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão.

Em linha com os esclarecimentos provenientes das Orientações Técnicas - OCPC 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União (extinta RFFSA).

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

#### **m) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 4.11), sendo a Companhia um agente no litígio.

#### **n) Benefícios a empregados**

##### **Obrigações de aposentadoria**

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.





Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

### **Participação no resultado**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

### **o) Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte ferroviário no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

#### **Receitas de serviços**

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

#### **Receitas financeiras**

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

### **p) Dividendos**

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

### **q) Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real (R\$).



#### **r) Apresentação de informações por segmentos**

Conforme descrito na Nota 4.31, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

#### **s) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

IAS 19- Benefícios a empregados

IFRS 9- Instrumentos Financeiros

IFRS 10- Demonstrações Financeiras Consolidadas

IFRS 11- Acordos em Conjunto

IFRS 12- Divulgação de Participações em Outras Entidades

IFRS 13- Mensuração ao Valor Justo

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

#### **t) Capital Social**

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

#### **u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (“DVA”), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como parte integrante das demonstrações contábeis conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações contábeis.

### **4.4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A Companhia preparou suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

#### **4.4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas**

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.





As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

#### **4.4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia**

##### **a) Concessão**

Conforme descrito na Nota 4.3(I) a Companhia segue as interpretações da ICPC 01 e das orientações contidas na OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.



Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

#### **b) *Impairment* de ativos não financeiros**

A Companhia considerou a margem negativa e prejuízo operacional apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 como indicador de *impairment*. Dessa forma, aplicou o CPC 01 para apurar o valor recuperável de seus ativos, considerando as premissas definidas pela Administração. A Companhia elaborou estudo para verificar se o valor recuperável dos ativos é superior ao seu valor contábil. O valor recuperável foi inicialmente apurado considerando o valor em uso dos ativos o qual excedeu ao valor contábil dos mesmos. Nesse sentido, não foi necessário efetuar o cálculo do valor recuperável com base no preço de venda líquido bem como não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para perda (*impairment*).

### **4.5 – Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e bancos	92.414	11.450
Aplicações financeiras	67.403	38.874
	<b>159.817</b>	<b>50.324</b>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

### **4.6 – Contas a receber de clientes**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Contas a receber de clientes	81.085	54.344
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(23.756)	(12.742)
	<b>57.329</b>	<b>41.602</b>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
A vencer	50.756	31.590
Vencidos até 3 meses	3.676	6.853
Vencidos de 3 a 6 meses	1.180	3.159
Vencidos acima 6 meses	25.473	12.742
	<b>81.085</b>	<b>54.344</b>

Em 31 de dezembro de 2012, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 23.756 (2011 - R\$ 12.742) estavam vencidas e provisionadas.



O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas de administração de vendas, comercial, contas a receber e de riscos de créditos, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

#### 4.7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Almoxarifado de Ibiá – MG	5.561	2.747
Almoxarifado de Divinópolis – MG	30.376	39.603
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	4.097	5.045
Almoxarifado de Uberaba – MG	6.021	8.052
Almoxarifado de Paulínea – SP	3.946	4.536
Almoxarifado de Araguari – MG	2.563	2.979
Almoxarifado de Lavras – MG	3.568	2.451
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.184	2.252
Outros almoxarifados	4.488	6.031
Provisão para perdas em itens de estoque	(4.994)	(4.542)
Importações em andamento	3.030	6.909
	<b>60.840</b>	<b>76.063</b>

#### 4.8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS a recuperar	6.593	6.221
Imposto de renda retido na fonte	1.041	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.960	3.197
PIS e COFINS a compensar	20.405	242
IOF a recuperar	120	112
ISS	14	
INSS	20	
	<b>31.153</b>	<b>9.772</b>
Não circulante		
ICMS a recuperar	5.091	2.370
	<b>5.091</b>	<b>2.370</b>
	<b>36.244</b>	<b>12.142</b>



## 4.9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	5.897	5.326
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	3.139	
	<b>10.861</b>	<b>7.151</b>
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	23.115	24.940
	<b>23.115</b>	<b>24.940</b>
	<b>33.976</b>	<b>32.091</b>

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de *"built to suit"*

O contrato celebrado entre a Companhia e terceiros constituiu o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e, por conseguinte, a locação do terminal à Companhia em caráter personalíssimo. O referido Terminal foi construído para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

### 4.9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Concessão (a)	1.719	1.719
Arrendamento (b)	106	106
	<b>1.825</b>	<b>1.825</b>
Não Circulante		
Concessão (a)	1.338	1.444
Arrendamento (b)	21.777	23.496
	<b>23.115</b>	<b>24.940</b>

#### (a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável em longo prazo).

#### (b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.



#### 4.9.2– Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Responsabilidade civil geral	3.401	4.078
All Risks	1.487	852
Seguro de transporte	1.009	396
	<b>5.897</b>	<b>5.326</b>

Em 31 de dezembro de 2012, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 com agregado de USD 400.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 10
Acidentes pessoais	Trens turísticos da FCA	R\$ 8

#### 4.10 – Demais contas a receber - Circulante

As demais contas a receber são:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Adiantamento a empregados	13.692	6.731
Adiantamento a fornecedores	4.797	14.881
Outras contas	2.695	1.561
	<b>21.184</b>	<b>23.173</b>
Não circulante		
Adiantamento a empregados	2.240	
	<b>2.240</b>	
	<b>23.424</b>	<b>23.173</b>



#### 4.11 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	78.194	52.148	106.696	65.416
Cíveis (b)	16.681	17.577	16.735	27.554
Administrativa regulatória (c)		4.551		4.246
Sesi (d)	16.513		15.936	
Tributárias (e)	4.705	1.506	3.520	1.163
Ambientais (f)		1.670		1.246
	<b>116.093</b>	<b>77.452</b>	<b>142.887</b>	<b>99.625</b>

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

##### a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2012, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 52.148 (2011 – R\$ 65.416). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;
- 3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.
- 4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais





erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 38.582 (2011– R\$ 24.885), classificado na rubrica “Demais contas a receber” no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

#### **b) Cíveis**

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 17.577 (2011 - R\$ 27.554).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

#### **c) Administrativa regulatória**

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.551 (2011- R\$ 4.246) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

#### **d) Sesi**

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.

#### **e) Tributárias**

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.506 (2011 - R\$ 1.163).

#### **f) Ambientais**

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.670 (2011 - R\$ 1.246) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

#### **g) Contingências possíveis não provisionadas**

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 903.000 (2011 – aproximadamente R\$ 1.450.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível,



tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Trabalhistas ( i )	304.000	172.000
Cíveis ( ii )	217.000	936.000
Previdenciário ( iii )	50.000	52.000
Tributárias ( iv )	304.000	192.000
Ambientais ( v )	28.000	98.000
	<b>903.000</b>	<b>1.450.000</b>

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. **Tributários:** trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. **Ambientais:** trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

#### **4.12 - Investimentos**

**SL Serviços Logísticos Ltda.** - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 totalizava o montante de R\$ 395, registrado na rubrica "Provisões operacionais" no passivo circulante.



## 4.13 – Imobilizado

				Controladora e Consolidado	
				31/12/2012	31/12/2011
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
<b>Bens em operação</b>					
Imóveis	25 a 40 anos	2,96%	22.343	(606)	21.737
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	4.775	(1.723)	3.052
Equipamentos autônomos	5 a 25 anos	8,27%	76.882	(36.771)	40.111
Veículos	3 a 5 anos	23,83%	6.303	(1.356)	4.947
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	9.658	(3.641)	6.017
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	29.620	(16.014)	13.606
Locomotivas	12,5 a 25 anos	6,08%	432.703	(108.950)	323.753
Vagões	33,3 anos	3,00%	265.921	(57.255)	208.666
Outros ativos	10 anos	10,00%	8.411	(285)	8.126
			<b>856.616</b>	<b>(226.601)</b>	<b>630.015</b>
Terrenos			1.142		1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			8.698		8.698
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)
			<b>9.522</b>		<b>9.522</b>
			<b>866.138</b>	<b>(226.601)</b>	<b>639.537</b>
					<b>470.592</b>

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 35.242 (2011 – R\$ 11.727).

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2012 está sumarizada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado					
	31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	31/12/2012
<b>Custo</b>					
Imóveis	2.136			20.207	22.343
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.834		(100)	1.041	4.775
Equipamentos autônomos	61.492		(3.161)	18.551	76.882
Veículos	3.852		(2.650)	5.101	6.303
Bens administrativos/auxiliares	6.744		(1.719)	4.633	9.658
Equipamentos e aplicativos de informática	27.594		(5.052)	7.078	29.620
Locomotivas	281.512		(1.662)	152.853	432.703
Vagões	266.624		(726)	23	265.921
Outros ativos	3			8.408	8.411
	<b>653.791</b>		<b>(15.070)</b>	<b>217.895</b>	<b>856.616</b>
Terrenos	1.142				1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	21.603	12.934	(25.839)		8.698
Provisão para baixa de ativo	(2.104)	(2.948)	4.734		(318)
	<b>20.641</b>	<b>9.986</b>	<b>(21.105)</b>		<b>9.522</b>
	<b>674.432</b>	<b>9.986</b>	<b>(36.175)</b>	<b>217.895</b>	<b>866.138</b>



Depreciação	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Imóveis	(427)	(179)		(606)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.609)	(171)	57	(1.723)
Equipamentos autônomos	(33.958)	(4.468)	1.655	(36.771)
Veículos	(3.822)	(185)	2.651	(1.356)
Bens administrativos/auxiliares	(4.531)	(544)	1.434	(3.641)
Equipamentos e aplicativos de informática	(17.906)	(3.157)	5.049	(16.014)
Locomotivas	(92.123)	(17.683)	856	(108.950)
Vagões	(49.464)	(7.978)	187	(57.255)
Outros		(285)		(285)
	<b>(203.840)</b>	<b>(34.650)</b>	<b>11.889</b>	<b>(226.601)</b>

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado; posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados à benfeitoria na concessão são transferidos para o ativo intangível.

#### 4.14 – Intangível

	Controladora e Consolidado					
			31/12/2012	31/12/2011		
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	13,8 anos	4,7%	43.169	(15.027)	28.142	30.189
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	8.002	(7.660)	342	1.440
			<b>51.171</b>	<b>(22.687)</b>	<b>28.484</b>	<b>31.629</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>						
Imóveis	13,8 anos	2,58%	105.015	(16.405)	88.610	68.991
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	13,8 anos	5,0%	24.368	(5.373)	18.995	16.021
Equipamentos autônomos	5 a 13,8 anos	9,29%	11.055	(5.746)	5.309	2.602
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(54)	3.269	16
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.878	(2.040)	4.838	5.822
Locomotivas	12,5 a 13,8 anos	7,46%	165.524	(109.680)	55.844	49.707
Vagões	12,5 a 13,8 anos	3,00%	119.173	(58.947)	60.226	55.272
Via permanente	10 a 13,8 anos	4,23%	2.033.426	(490.474)	1.542.952	1.233.467
Outros ativos	10 anos	10%	63		63	
			<b>2.468.844</b>	<b>(688.738)</b>	<b>1.780.106</b>	<b>1.431.898</b>
Intangível em curso			260.227		260.227	231.837
			<b>2.780.242</b>	<b>(711.425)</b>	<b>2.068.817</b>	<b>1.695.364</b>

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4.1).

O intangível em curso é fruto dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:



	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Construção e ampliação de pátios e terminais	32.560	20.919
Aquisição e modernização de material rodante	54.715	28.250
Instalações administrativas e de apoio	5.333	7.380
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	31.477	31.967
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	15.708	11.993
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	3.619	4.123
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	10.517	19.181
Trens turísticos - melhorias	1.320	2.683
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	104.978	105.341
	<b>260.227</b>	<b>231.837</b>

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentava a seguinte movimentação:

Custo	Controladora e Consolidado					31/12/2012
	31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Transferências entre imobilizado e intangível	
Direitos de concessão	43.169					43.169
Softwares adquiridos	18.600		46	(10.644)		8.002
	<b>61.769</b>		<b>46</b>	<b>(10.644)</b>		<b>51.171</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>						
Imóveis	83.051		44.013	(1.843)	(20.206)	105.015
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	19.707		5.970		(1.309)	24.368
Equipamentos autônomos	7.778		15.476		(12.199)	11.055
Veículos	19		5.101		(5.101)	19
Bens administrativos/auxiliares	39		7.916		(4.632)	3.323
Equipamentos e aplicativos de informática	6.472		7.484		(7.078)	6.878
Locomotivas	152.533		165.914		(152.923)	165.524
Vagões	111.030		8.097		46	119.173
Via permanente	1.612.033		428.774	(1.296)	(6.085)	2.033.426
Outros ativos			8.471		(8.408)	63
	<b>1.992.662</b>		<b>697.216</b>	<b>(3.139)</b>	<b>(217.895)</b>	<b>2.468.844</b>
Intangível em curso	231.837	725.652	(697.262)			260.227
	<b>2.286.268</b>	<b>725.652</b>		<b>(13.783)</b>	<b>(217.895)</b>	<b>2.780.242</b>

Amortização	Controladora e Consolidado			
	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012
Direitos de concessão	(12.980)	(2.047)		(15.027)
Softwares adquiridos	(17.160)	(1.144)	10.644	(7.660)
Imóveis	(14.061)	(2.727)	383	(16.405)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(3.684)	(1.689)		(5.373)
Equipamentos autônomos	(5.176)	(570)		(5.746)
Veículos	(19)			(19)
Bens administrativos/auxiliares	(24)	(30)		(54)
Equipamentos e aplicativos de informática	(649)	(1.391)		(2.040)
Locomotivas	(102.826)	(6.854)		(109.680)
Vagões	(55.758)	(3.189)		(58.947)
Via permanente	(378.567)	(111.969)	62	(490.474)
	<b>(590.904)</b>	<b>(131.610)</b>	<b>11.089</b>	<b>(711.425)</b>



#### 4.15 – Fornecedores

Mercado interno  
Mercado externo

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
90.062	39.414
4.267	2.333
<b>94.329</b>	<b>41.747</b>

#### 4.16 – Obrigações fiscais

ICMS (Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços)  
Impostos e contribuições retidos na fonte  
PIS e COFINS  
IOF (Imposto s/Operações Financeiras)  
ISS (Impostos s/Serviços)

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
3.969	4.998
2.447	1.904
8.558	3.205
207	207
1.573	971
<b>16.754</b>	<b>11.285</b>

#### 4.17 – Obrigações sociais e trabalhistas

Salários e encargos  
Provisão para férias e 13º salários  
Benefícios trabalhistas  
Participação nos resultados  
Outros

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
19.486	9.717
15.009	11.203
13.287	2.275
24.318	41.281
18	
<b>72.118</b>	<b>64.476</b>

#### 4.18 – Arrendamentos e concessões a pagar

Poder Concedente - União  
Concessão (a)  
Arrendamento (b)

Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN  
Concessão (c)  
Arrendamento (d)

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
1.748	1.642
33.207	31.202
<b>34.955</b>	<b>32.844</b>
142	132
2.690	2.508
<b>2.832</b>	<b>2.640</b>
<b>37.787</b>	<b>35.484</b>

##### (a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$ 33.432.





(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 58 (cinquenta e oito) parcelas, sendo a 58ª parcela paga no valor de R\$1.760.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 49 (quarenta e nove) parcelas, sendo a 49ª parcela paga no valor de R\$ 8.071

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2012, foram pagas 49 (quarenta e nove) parcelas, sendo a 49ª parcela paga no valor de R\$ 425.

#### 4.19 – Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
SL Serviços Logísticos Ltda	395	395	
Provisões ambientais		2.723	2.723
Seguro Responsabilidade Civil em renovação		5.882	5.882
Seguro Transportes em renovação		736	736
Outros operacionais		341	341
	<b>395</b>	<b>10.077</b>	<b>9.682</b>

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes da União (extinta RFFSA). A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas.

#### 4.20 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2012 somavam R\$ 24.555 (2011 - R\$ 25.534). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os



adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

#### 4.21 – Demais contas a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Pêra Ferroviária (a)	1.990	
Outros passivos circulantes	2.052	1.257
	<b>5.839</b>	<b>3.054</b>
Não circulante		
Pêra Ferroviária (a)	15.919	
	<b>15.919</b>	
	<b>21.758</b>	<b>3.054</b>

(a) Refere-se ao Instrumento particular de promessa de compra e venda de imóveis e outras avenças, constituindo a aquisição de imóveis para construção de Pêra Ferroviária na localidade de Pirapora.

A Companhia pagará em 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, no valor de R\$ 1.768, acrescidos de juros remuneratórios. A primeira parcela vencendo em 15 de março de 2012 e as demais no dia 15 de março dos anos subseqüentes.

As parcelas serão atualizadas monetariamente com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV").

#### 4.22 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

#### 4.23– Receitas diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.



## 4.24 – Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851
Outros- não controladores	40.992.745	10.991.664	51.984.409
<b>Totais</b>	<b>210.197.577.031.248</b>	<b>66.665.012</b>	<b>210.197.643.696.260</b>

### b) Prejuízo por ação

#### Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	Controladora e Consolidado
	2011
<b>Cálculo da média ponderada para 2011</b>	
(210.197.577.031.248 x12/12)	210.197.577.031.248
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(175.196)</b>
Média Ponderada de ações ordinárias em 2011	210.197.577.031.248
Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,83)
	Controladora e Consolidado
	2012
<b>Cálculo da média ponderada para 2012</b>	
(210.197.577.031.248 x12/12)	210.197.577.031.248
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(163.150)</b>
Média Ponderada de ações ordinárias em 2012	210.197.577.031.248
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,78)



## 4.25 – Receita líquida

### Receita Bruta

Receita de transporte ferroviário  
Receita de utilização de pátios  
Receita de estadia de vagões  
Receita de aluguel de locomotivas  
Receita de partilha de frete  
Receita de outros serviços

### Impostos sobre serviços

ICMS  
PIS  
COFINS

### Devoluções

Devoluções de vendas

### Receita dos serviços vendidos

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
1.058.037	1.011.753
1.916	1.036
4.467	6.779
8.628	5.405
91.629	130.837
136.523	28.098
<b>1.301.200</b>	<b>1.183.908</b>
(67.425)	(64.126)
(21.470)	(19.535)
(98.892)	(89.978)
<b>(187.787)</b>	<b>(173.639)</b>
(35)	
<b>(35)</b>	
<b>1.113.378</b>	<b>1.010.269</b>

## 4.26 – Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

Pessoal  
Encargos sociais  
Material  
Combustíveis  
Serviços contratados  
Partilha de frete  
Outros  
Depreciação  
Despesas de arrendamento e concessão

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
(205.565)	(155.956)
(56.753)	(47.041)
(64.672)	(65.085)
(231.792)	(180.478)
(159.175)	(149.043)
(121.337)	(202.430)
(9.716)	(6.935)
(158.134)	(113.257)
(169.265)	(147.659)
<b>(1.176.409)</b>	<b>(1.067.884)</b>

## 4.27 – Receitas (despesas) operacionais

### a) Despesas administrativas

Pessoal  
Encargos sociais  
Material  
Serviços contratados  
Tributos  
Outras  
Depreciação

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
(20.877)	(7.366)
(3.325)	(2.508)
(265)	(268)
(11.170)	(32.201)
	(8)
(2.061)	(2.653)
(8.125)	(7.794)
<b>(45.823)</b>	<b>(52.798)</b>

### b) Despesas com vendas

Pessoal  
Serviços contratados  
Outras

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
(49)	(58)
(18)	(24)
(24)	(27)
<b>(91)</b>	<b>(109)</b>



## c) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Venda de materiais	10.637	6.624
Venda de ativos	3.037	10.648
Recuperação de despesas	506	3.075
Trem Turístico	4.040	3.668
Travessias	2.554	1.913
Multas contratuais	11.085	11.088
Alugueis	1.016	1.184
Serviços prestados	14	14
Processos trabalhistas	13.696	12.133
Outros	1.269	865
	<b>47.854</b>	<b>51.212</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Tributárias	(8.681)	(11.336)
Baixa de Ativos	(4.090)	(6.965)
Estoques	(2.603)	(3.966)
Ajuste de estoque	(175)	(49)
Participação no resultado	(2.454)	(39.542)
Desvalorização de estoque	(1.493)	
Perda de recebíveis	(2.292)	(6.541)
Outros gastos c/pessoal	(491)	(141)
Pesquisa e desenvolvimento	(10.960)	(870)
Trem Turístico	(3.096)	(2.686)
Outras operacionais	(1.418)	(9.010)
Processos Judiciais	(55.548)	(11.160)
Indenizações	(7.798)	(9.769)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(11.014)	(1.944)
Provisão para contingências	12.168	(13.658)
Passivo Ambiental	(2.992)	(5.820)
	<b>(102.937)</b>	<b>(123.457)</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas</b>	<b>(55.083)</b>	<b>(72.245)</b>

## 4.28– Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação mercado financeiro	1.306	3.753
Juros, taxa e multas de mora	626	544
Outras receitas financeiras		508
	<b>1.932</b>	<b>4.805</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas com IOF	(698)	(266)
Despesa de carta de fiança	(2.512)	(2.562)
Encargos sobre mutuo- Vale		(881)
Desconto concedido	(33)	(616)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(4.333)	(1.608)
Juros, taxas e multas	(706)	
Outras despesas financeiras	(101)	(1.315)
	<b>(8.383)</b>	<b>(7.248)</b>
<b>Receitas(despesas) com variação monetária e cambial</b>	<b>7.329</b>	<b>10.014</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>878</b>	<b>7.571</b>

## 4.29– Imposto de renda e contribuição social

### Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.



O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

<b>Controladora e Consolidado</b>		
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	5.939	3.185
Provisão para contingências	19.363	24.906
Outras provisões	7.902	4.933
Prejuízo fiscal	321.159	321.108
	<b>354.363</b>	<b>354.132</b>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.138	1.147
Provisão para contingências	6.971	8.966
Outras provisões	2.845	1.776
Base negativa	116.251	116.233
	<b>128.205</b>	<b>128.122</b>
 Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	 <b>482.568</b>	 <b>482.254</b>
 Prejuízo fiscal para imposto de renda	 1.284.637	 1.284.433
Base negativa da contribuição social	1.291.681	1.291.477

#### 4.30 – Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

#### 4.31 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

As transações e os saldos com partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:





	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Balço patrimonial				
Ativo circulante				
Cia Coreano Brasileira de Pelotização - KOBASCO	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	38	1.509	38	1.509
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	328	614	328	614
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social -Valia	14	5	14	5
Log-in Logística Intermodal S.A	20	63	20	63
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3
Mineração Brasileira Reunidas S.A - MBR		7		7
MRS Logística S.A	3.043	591	3.043	591
Mineração Naque S.A	10.828		10.828	
Vale Manganês S.A- RDM	126	641	126	641
Ultrafétil	525	2.363	525	2.363
Vale Fertilizantes S.A	5.927	4.431	5.927	4.431
Vale Fosfatados S.A	156	211	156	211
Vale Moçambique Ltda	475	1.336	475	1.336
Vale S.A	32.430	21.300	32.430	21.300
Vale Logística Integrada	60		60	
Mineração Urucum S.A	3		3	
Salobo Metais S.A	4		4	
VLI Multimodal S.A	15.066	69.395	15.066	69.395
	<u>69.050</u>	<u>102.473</u>	<u>69.050</u>	<u>102.473</u>
Ativo não circulante				
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394		
Vale S.A		151		151
	<u>394</u>	<u>545</u>		<u>151</u>

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Passivo circulante		
MRS Logística S.A	395	1.305
Pasa- Plano de Assistência á Saúde do Aposentado da Vale		116
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	1.080	
Vale Logística Integrada	3.710	
Vale S.A	18.348	35.702
	<u>23.533</u>	<u>37.123</u>
Passivo não circulante		
Vale S.A	5.023	6.789
	<u>5.023</u>	<u>6.789</u>
Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 22)		
VLI Multimodal S.A	1.553.165	796.245
	<u>1.553.165</u>	<u>796.245</u>



## Demonstrações do Resultado

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	4.074	6.620
Log-in Logística Intermodal S.A	7	4.786
Ultrafértil	24.568	12.685
Vale Fosfatados S.A		6.827
Vale Manganês S.A		20
Vale S.A	33.401	31.798
VLI Multimodal S.A	299.474	165.917
	<b>361.524</b>	<b>228.653</b>
Receitas financeiras		
VLI Multimodal S.A	8	
	<b>8</b>	
Outras receitas operacionais		
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	654	715
Minerações Brasileiras Reunidas S.A - MBR		3
Samarco Mineração S.A	81	38
Vale Moçambique Ltda	1.003	
Vale S.A	2.176	
	<b>3.914</b>	<b>756</b>
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
MRS Logística S.A	9.494	
Vale S.A	7.895	12.463
	<b>17.389</b>	<b>12.463</b>
Custo de partilha de fretes		
MRS Logística S.A	13.286	8.771
Vale S.A	93.383	183.258
	<b>106.669</b>	<b>192.029</b>
Custo de vendas		
Vale S.A	1.027	
Vale Moçambique Ltda	553	
	<b>1.580</b>	
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	3.320	1.914
	<b>3.320</b>	<b>1.914</b>
Despesas com processos de suporte		
Vale S.A	51	23.030
	<b>51</b>	<b>23.030</b>
Despesas financeiras		
Juros - Log-in Logística Intermodal S.A	14	
Juros - Ultrafértil S.A	52	
Juros - Vale S.A	14	882
Juros - Vale Fertilizantes S.A	32	
Juros - Vale Manganês S.A	5	
Variação monetária - Vale S.A	1.780	
	<b>1.897</b>	<b>882</b>

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
A vencer	42.387	59.661	42.387	59.661
Vencidos até 3 meses	9.905	35.900	9.905	35.900
Vencidos de 3 a 6 meses	3.049	1.001	3.049	1.001
Vencidos acima 6 meses	14.103	6.456	13.709	6.062
	<b>69.444</b>	<b>103.018</b>	<b>69.050</b>	<b>102.624</b>



Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado. Parte desses saldos, no montante de R\$ 17.185 (2011 – R\$ 29.605), refere-se à compra de locomotivas e vagões da Vale e está sujeita a encargos de IGP-M e juros de 6,5% a.a.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

#### **4.32 – Previdência complementar**

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

##### **Plano de Benefício - FCA**

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, 4.583 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (2011 – 4.207).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.



- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 3.320 (2011 - R\$ 1.914)

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

#### Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(9.308)
Valor justo dos ativos do plano	(2.273)
(Déficit)/superavit para planos cobertos	4.908
Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	3.425
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	(1.152)
Passivo/ativo líquido	783

#### Reconciliação do valor das obrigações atuariais

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
Valor das obrigações no início do período	(2.273)
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(1.689)
Juros sobre obrigação atuarial	(230)
Contribuições de participantes vertidas no ano	(292)
Ganho/(perda) atuarial	(214)
Benefícios pagos no ano	(7)
Valor das obrigações calculadas no final do período	(6.463)
	(181)
	61
	48
	(9.308)
	(2.273)

#### Reconciliação do valor justo dos ativos

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
Valor justo dos ativos no início do período	3.425
Rendimento esperado no ano	2.864
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	449
Contribuições de patrocinadoras vertidas no ano	127
Contribuições de participantes	43
Benefícios pagos pelo plano/empresa	967
Valor justo dos ativos no final do período	248
	7
	(61)
	(48)
	4.907
	3.425

Controladora e Consolidado	
31/12/2012	31/12/2011
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(341)
Juros sobre obrigação atuarial	(230)
Rendimento esperado no período	(292)
Amortização de ganhos ou perdas atuariais líquidas (incluindo parágrafo 58 (a))	449
Efeito do limite do parágrafo 58 (b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	311
	(1.152)
	(138)
	1.152
	23
	(184)
	(248)

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 576.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.



## Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	12,82% a.a	10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 47 anos 5,0 % a partir de 48 anos	8,15% até 48 anos 5,0 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0 % a.a	5,0 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a	5,0 % a.a

## 4.33 – Gestão de riscos financeiros

### Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

### Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 2012 e em 2011.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

### a) Risco de Mercado

#### Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.



O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

### **Risco cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 4.268 (2011 – R\$ 2.333).

### **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Exceto pelo arrendamento e concessões a pagar (Nota 4.18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

#### **b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 23.756 (2011 - R\$ 12.742).

#### **c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e “*rating*” visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de





caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento .

### Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2012 e 2011 correspondem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Recebíveis</b>				
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	92.414	11.450	92.414	11.450
CDB's	67.403	38.874	67.403	38.874
Contas a receber de clientes	57.329	41.602	57.329	41.602
Partes relacionadas	69.444	103.018	69.050	102.624
Outras contas a receber - RFFSA (União)	38.582	24.885	38.582	24.885
	<u>325.172</u>	<u>219.829</u>	<u>324.778</u>	<u>219.435</u>
<b>Outros passivos financeiros</b>				
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	94.329	41.747	94.329	41.747
Partes relacionadas	28.556	43.912	28.162	43.518
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.553.165	796.245	1.553.165	796.245
	<u>1.676.050</u>	<u>881.904</u>	<u>1.675.656</u>	<u>881.510</u>

### d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Total passivo	1.931.148	1.136.036	1.930.754	1.135.642
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(159.817)	(50.324)	(159.817)	(50.324)
	<u>1.771.331</u>	<u>1.085.712</u>	<u>1.770.937</u>	<u>1.085.318</u>
Patrimônio líquido	1.372.955	1.536.105	1.372.955	1.536.105
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.553.165	796.245	1.553.165	796.245
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>2.926.120</u>	<u>2.332.350</u>	<u>2.926.120</u>	<u>2.332.350</u>
	<u>60,54%</u>	<u>46,55%</u>	<u>60,52%</u>	<u>46,53%</u>



#### 4.34 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das demonstrações contábeis correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	<b>Malha Centro Leste</b>	<b>Malha Paulista</b>
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de dezembro de 2012	58	49
Valor da última parcela paga		
- Concessão	1.760	425
- Arrendamento	33.432	8.071

#### 4.35 – Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.



## **5 – Declaração de revisão das demonstrações contábeis e do parecer de auditoria independente pelos diretores**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.



## **6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES**

### **Conselho de Administração**

Marcello Magistrini Spinelli

**Presidente**

Elton de Campos Pássaro

Eduardo Henrique Périco

Fernando Lopes Alcântara

Paulino Rodrigues de Moura

**Suplente**

Paulo de Tarso Pessanha

### **Diretoria**

Marcello Magistrini Spinelli

**Diretor-Presidente e de Relações com Investidores**

Marcus Vinícius de Faria Penteado

**Diretor Financeiro**

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

**Diretora de Desenvolvimento de Negócios**

Rodrigo Saba Ruggiero

**Diretor Operacional**

Fabiano Bodanezi Lorenzi

**Diretor Comercial**

Fabio Stewson de Souza

**Contador**

CRC-MG 45.913/O-6